

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 569 a 573/2013	2
	Atos Legislativos	
	Ata da 2236ª Sessão Ordinária - Íntegra	2

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 569/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

1º **RETIFICAR** a Resolução nº 568/2013, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1668, de 27 de setembro do ano em curso, que autoriza o afastamento dos servidores **JÉSSICA SOUZA COSTA, Matrícula 010858, RONDINELE DA SILVA ESBELL, Matrícula 011746 e HISRAUFRE EMILIANO DA COSTA, Matrícula 012368**, para viajarem com destino ao município de Pacaraima, no dia 28.09.2013.

2º **Onde se lê:** município de Pacaraima. **Leia-se:** município de Amajari.

Palácio Antônio Martins, 27 de setembro de 2013
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 570/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **CARLOS OLÍMPIO MELO DA SILVA, Matrícula 001867 e CLEIA BETHÂNIA FERREIRA MUNIZ, Matrícula 013642**, para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 01.10 a 10.10.2013, com a finalidade de participarem de treinamento sobre processo legislativo junto à Assembleia Legislativa do Estado Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de setembro de 2013
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 571/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **CHRISTIANE LEITE DE MELO MENDES, Matrícula 012604 e PEDRO MARDEM SOUZA FÉLIX, Matrícula 011588**, para viajarem com destino aos municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza, no período de 02.10 a 09.10.2013, com a finalidade de prestarem assessoramento junto às Câmaras Municipais dos mencionados municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de setembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 572/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **GRACINEIDE DE SOUZA ROLIM, Matrícula 007667**, para viajar com destino ao município de Bonfim, no período de 07.10 a 11.10.2013, com a finalidade de realizar levantamento sobre a situação das estradas vicinais, escolas e postos de saúde daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de setembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 573/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **ALZENIRA ALVES RODRIGUES, Matrícula 011874**, para viajar com destino ao município de Pacaraima, no período de 07.10 a 12.10.2013, com a finalidade de prestar assessoria técnica junto à Câmara Municipal daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 30 de setembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2236ª SESSÃO EM 10 DE SETEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(Em exercício)

Às nove horas do dia dez de setembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trigésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chaga) – Convido os Senhores Deputados Gabriel Picanço e Brito Bezerra para atuarem como Primeiro e Segundo Secretário ad hoc respectivamente.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum

regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Brito Bezerra) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Projeto de Moção de Apoio s/n/13, de 04/09/13, do Deputado Brito Bezerra, em apoio ao Movimento Roraima livre sem correntes.

- Ofício n° 044/13, de 30/09/13, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 29/08/13.

- Requerimento de Informação s/n/13, de 03/09/13, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficiado o senhor Herbson Jairo Ribeiro Bantim, da Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), para que preste, por escrito, as informações públicas referentes aos anos de 2012 e 2013.

- Indicação s/n/13, de 09/09/13, do Deputado Brito Bezerra, para recuperação de ponte, localizada na Vicinal 12- Vila Moderna, no Município de São Luiz do Anauá (BR-210).

- Indicação s/n/2013, de 09/09/2013, do Deputado Brito Bezerra, que trata da recuperação da estrada de acesso à Vicinal 10, no Município de São Luiz do Anauá, BR-210.

- Ofício n° 019/13, de 05/09/13, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 05/09/2013.

- Memorando n° 033/13, de 06/09/13, do Deputado George Melo, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 05/09/2013.

- Memorando n° 56/13, de 09/09/2013, do Deputado Brito Bezerra, solicitando o registro da homenagem aos mais de 1.800 (hum mil oitocentos) profissionais de Administração de Empresas do Estado de Roraima, pela passagem do Dia Nacional do Administrador comemorado no dia 09/09/13. Moção de Aplauso aos Médicos Veterinários pela passagem de sua data comemorativa, 09 de setembro, de autoria do Deputado Jalser Renier.

- Moção de Aplauso aos Administradores pela passagem de sua data comemorativa, 09 de setembro, de autoria do Deputado Jalser Renier.

EXTERNOS:

- Ofício Circular n° 031/13, de 05/09/13, do Tribunal de Contas de Roraima, encaminhando cópia do Expediente, informando que a empresa Getar Incorporação Ltda. encontra-se proibida de participar de licitações públicas e celebrar contratos com o Poder Público, pelo período de 10 anos, conforme Decisão anexa ao Ofício n° 425/13.

- Ofício Circular n° 032/13, de 04/09/13, do Tribunal de Contas de Roraima, comunicando a inabilitação, pelo prazo de 05 anos, para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, no âmbito da administração pública, do gestor Hiperion de Oliveira Silva.

- Carta Circular n° 036/13, de 04/09/13, da Federação das Indústrias do Estado de Roraima, convidando para participar de uma reunião de trabalho com a pauta “Desafios e Oportunidades para o setor Madeireiro de Roraima”, que acontecerá no próximo dia 12/09/13, às 15h, no Auditório da Fier.

- Ofício n° 686/13, de 09/09/13, do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima, informando que o senhor Jorge Everton Barreto Guimarães não poderá comparecer perante essa Comissão no dia 11/09/13, às 15h, considerando que o mesmo irá participar, na mesma data e horário, de audiência judicial, na Justiça Federal.

- Ofício n° 637/13, de 06/09/13, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio.

- Ofício n° 638/13, de 06/09/13, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio.

- Ofício n° 714/13, de 04/09/13, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento/SEPLAN, informando que foi celebrado o termo de cooperação técnica n° 1/13.

- Ofício n° 088/13, de 09/09/13, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima, informando que foi publicada, no Diário Oficial da União, a Resolução CAU/BR n° 51, de 12/07/13, que “Dispõe sobre as áreas de atuação privativa dos arquitetos e urbanistas e as

áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências”.

- Carta s/n/13, de 26/08/13, do Instituto Ambiental Biosfera, convidando para se fazer representar e integrar a Delegação de Parlamentares, Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais, Conselheiros de Tribunais de Contas, Empresários e demais Autoridades Brasileiras, que estarão participando do 12° Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal (Lisboa 2013) a transcorrer na Cidade de Lisboa, Portugal, no período de 04 a 08 de Novembro de 2013.

- Era o que constava do Expediente, senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro que proceda a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, Deputados, amigos, imprensa sejam bem-vindos a cada do povo e, em nome do Senhor quero dar boas vindas a todos, sintam-se a vontade.

Eu queria deixar registrada, a insatisfação do povo roraimense no que diz respeito a esta corrente que nos isola do Brasil e do mundo num período de doze horas. Em nenhum lugar da federação brasileira você tem uma corrente esticada por doze horas tirando o nosso maior direito de brasilidade de ir e vir. Pois, é inadmissível que Roraima que faz fronteira com dois Países Guiana e Venezuela tenha seu direito cercado de escoar sua produção por doze horas. Eu quero parabenizar a Polícia Rodoviária Federal que deu apoio a manifestação. Nós estivemos na Justiça Federal com o Juiz Helder Girão Barreto, comunicando-o de que iríamos até o Jundiá por não aceitarmos mais essa corrente. Mas, há uma informação de um empresário que veio de Manaus e nos disse que lá estavam muitos índios com flechas, aguardando para que chegássemos lá. Então, achamos melhor fazermos mudar o trajeto da manifestação para não haver derramamento de sangue entre índios e brancos, para não ver nenhum brasileiro sofrendo mais do que já está. Estamos indo a Brasília em breve e já falamos pessoalmente com o Senador Romero Jucá e o juiz Helder Girão Barreto que nos mostrou o Processo que já está com uma altura elevada devido a ações judiciais do Governo de Roraima e da Bancada Federal pedindo a liberação dessa corrente.

Agora, o que eu não aceito e nunca vou aceitar é que um incompetente, irresponsável, pago com o nosso dinheiro e responde pela FUNAI, onde em sua entrevista disse que ninguém tirará aquela corrente de lá porque é um acordo que vai além do Brasil. Então, agora, fiquei mais preocupado, porque um funcionário da FUNAI dá uma entrevista na TV Globo e anuncia que isso vai além dos interesses do Brasil. Essa não é uma briga do empresário Thomé, não é uma briga do Paulinho, não é uma briga do arroz Tio Ivo, essa é uma briga dos roraimenses. O Amazonas está fazendo a sua parte, ontem, falei com o deputado Abdala Fraxe e com o Deputado Orlando Cidade e estão se mobilizando, porém quando souberam dessa manifestação dos índios, também abortaram a ida até a reserva. Mas, algumas autoridades daquele Estado estão querendo vir a Roraima para que pudéssemos juntos darmos mais importância para esse assunto. Porque entendo que Roraima é Brasil, aqui cantamos o Hino Nacional, aqui temos o Hino do Estado, de Boa Vista e de outros municípios. Nós não vamos admitir que quem quer que seja faça Roraima de albergue em que de dia pode trabalhar e a noite é recolhido, quero parabenizar os grandes líderes desse movimento que contou com mais de 250 veículos, saímos do centro Cívico e fomos até a BR/174 e ficamos das dezessete até a meia noite do dia 07 de setembro, justamente para mostrar que por ser o Dia da Independência também queríamos independência.

Quero fazer uma nota de repúdio, a um cidadão do exército brasileiro que vinha dentro de um ônibus e queria nos tirar de lá. Por que Vossa Excelência que é um Coronel do Exército não vai arrancar a corrente do Jundiá e, ele nos disse que aquele ato era inconstitucional, desceu um monte de capanga do Exército do lado dele e iria se forma um tumulto. Mas, quando ele soube que ali tinha um Deputado, quando ele soube que a Polícia Rodoviária Federal entrevistou, ele ficou calado. Pegamos o nome de todos eles, inclusive, do motorista do ônibus e vamos entregar ao comando do Exército brasileiro.

Quero agradecer a esta Casa, aos Deputados de oposição que estiveram lá nos dando apoio, dizer que Roraima é Brasil. Chega desta corrente muito obrigado. Bom dia a todos..

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputadas, funcionários da Casa, imprensa. O meu discurso nesta manhã é curto, mas quero fazer uma colocação aos meus pares de que aqueles que desejarem aparte sinalizem, mas aguardem eu expor o meu tema, todo tempo ficará para quem me apartear, não sobrando paciência.

Eu quero me referir no assunto de hoje, há algo que me preocupa

sobre maneira, esta Casa, de repente mediante o clamor externo de manifestações assume uma posição melhor dizendo, que no meu entender não reflete a maioria desta Casa e, não reflete também o que é o Poder Legislativo com a sua independência e as suas prerrogativas. Posso ferir, pode doer, mas eu vou colocar, que nos últimos vinte dias, pouquíssimas matéria tem sido votadas. Não raro termine uma Sessão logo que começa, porque os integrantes do Plenário atropelam o Regimento Interno. E, assim, nós vamos chegar ao final do ano e a coisa vais e protelando a cada dia. Eu acho que essa situação tem que ir parando por aqui, cada um tem que assumir a sua responsabilidade e a sua vontade. Este movimento pequeno diga-se de passagem de agricultores e pretensos agricultores, foi intencionalmente desviado de sua atenção principal, pois a atenção desses pseudo-agricultores passou a ser secundário de receber um lote cada um no Passarão o que é justo. Agora, entenda-se que o Passarão é um Projeto de irrigação altamente especializado que é preciso de seleção rigorosa, ou seja, não é fácil decidir quem vai para lá. E, não é só responsabilidade do Governo do Estado é principalmente responsabilidade federal pela primazia dos recursos que virão. Quero dizer que ao longo dos meus três anos de mandato tenho trocado a minha postura pelo respeito aos meus colegas, pelo convívio fraterno com todos, pela transparência. Mas, não posso admitir que colegas nossos, não digo todos, usem como massa de manobra esse grupo que tem se portado aqui, há mais de vinte dias, para não só ferir a independência do Poder Legislativo, mas para passar a agredir-nos indiretamente. Eu tenho suportado mais de vinte dias calado, ouvindo, para ver se os próprios manifestantes raciocinem e cheguem à conclusão que chegou a hora de parar, que essa farsa não pode mais parar. Por isso, eu estou me dirigindo a oposição, ontem, foi realizada uma reunião com a sociedade civil organizada e outras instituições e CPI das terras. Eu digo, me perdoe meu colega da Assembleia, Soldado Sampaio, pois eu acho que o equívoco começou pelo convite. Eu recebi um convite individual do Líder da Oposição, quando se desejavam dialogar, deveriam fazer um convite circular a todos os demais Deputados da situação. Então, não havia o interesse do diálogo, mas sim o interesse da cooptação em busca da oitava assinatura. E digo mais, a proposta dessa CPI já começou e prestem atenção aos Senhores agricultores que aqui estão, absolutamente equivocada para não dizer que foi isso intencional, a oitava assinatura não dá direito da CPI como tem sido alardeado pela liderança da oposição, dá apenas e unicamente o direito de tramitar mediante Requerimento de um terço, ou seja, oito. Necessita ser votado nesse Plenário para ser então, votada, porque está no regimento interno que o Plenário é soberano. E como tal aprova ou não aprova são as duas condições possíveis. Então, é preciso que os agricultores que não são afeitos a essas nuances parlamentares que não é como estão dizendo para vocês.

Segundo, não posso concordar que certas lideranças que estão envolvidas nesse movimento, saiam a cooptar gente na cidade para vir aqui, afrontar Deputados da oposição como ocorreu ontem. Isto é profundamente lamentável. Eu digo então, que na minha avaliação a oposição politizou os pretensos agricultores e ainda hoje iludiu dizendo que faltava apenas uma assinatura para instalar a CPI, é preciso que a assistência, os que nos ouvem, entendam que a CPI que a oposição quer implantar, perdeu todo o objeto. Sigam meu raciocínio, as terras que estão em disputa, são as terras repassadas pelo Governo Federal para o Estado então regularizá-las. Conseqüentemente envolvem desde o primeiro momento até a regularização definitiva órgãos federais com representação aqui no Estado como o INCRA que aqui está desde o tempo de Território, estive aqui em 1974 e já me lembro do INCRA e que já deveria ter titulado todas as terras destinadas a agricultura familiar que é aquela que precisa ser primeiro atendida e até hoje não consegui emancipar um projeto sequer. Com isso é que acho que a oposição deveria se preocupar. Quando digo que a CPI perdeu o objeto meus amigos é porque o que tem que ser feito com as denúncias que estão aí é investigá-las. Se instalarmos a CPI vamos ficar só rodando por aqui, nós não conseguiremos sequer ouvir um representante federal, por que essas histórias de georeferenciamento, de glebas, tudo isso envolve o órgão maior que representa terras pelo Governo Federal. Então, digo que ela perdeu o objeto simplesmente por uma verdade, quais os órgãos especializados em investigação? O Ministério Público está presente, já foi denunciado, já está agindo. O Ministério Público Federal já requisitou todos os títulos que foram emitidos. A polícia Federal já está investigando. Quem tem mais know how para investigar qualquer ilícito senão a polícia federal. Na verdade meus amigos, o que querem os nossos colegas da oposição é protelar, quanto mais puder que se comece a transferência lícita de terras a quem de direito que é o

agricultor, seja ele grande, pequeno ou médio. E uma continuidade do que ocorreu desde 2011, continuarem em campanha aberta tentando por todas as formas destituir o governo que aí está. E agora, um novo mote para que isso se continue até 2014, inteligente até certo ponto, mas, inexecutável meus caros colegas. A oposição comete outro erro crasso, insiste que só a CPI pode resolver o problema, mas antes da CPI que é uma Comissão temporária tem as Comissões Permanentes, tem a Comissão de Terras, de Agricultura, do Meio Ambiente e a oposição controla quase que a totalidade da Presidência dessas Comissões. E eu desafio meus colegas da oposição a provarem que convocaram uma reunião para discutir esse problema quer na Comissão de Terras, de Agricultura e do Meio ambiente, por que não há interesse em assim proceder. O Artigo 45 do Regimento Interno é claríssimo quando diz que CPI deverá ocorrer mediante requerimento de um terço dos parlamentares, ou seja, oito Deputados, ou mediante sua passagem pelo Plenário. É isso que reza, que os senhores continuem lutando para conseguir é um direito legítimo, mas sejamos colegas, nós teremos que passar quatro anos juntos querendo ou não, e, não tentem esses métodos de trazer pessoas da rua mal informadas para vir aqui denegrir colegas de vocês, o que está no jornal de ontem atinge a gente, atinge qualquer um de nós. Olhem que até admiro alguns companheiros pela oposição que fazem, Soldado Sampaio, por exemplo, já fez PhD com ativismo social, tem se destacado neste particular e isto é reconhecido, percorreu o Brasil inteiro colmo Rondônia, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Bahia se envolvendo nesses movimentos. Mas, não descuida da sua posição de ativista da PM, se tivesse que contratar um, com certeza convidaria o Deputado Sampaio, desde que ele abdicasse da PM, pois iria querer exclusividade. Então, minha gente, finalizo pedindo a todos que acabem com este teatro de querer forçar uma CPI que é inexecutável. Meus caros, fiquem sabendo que vaiais não me atingem, já atingi uma idade que sou imune a isso, mas, queria dizer a vocês bem mais jovens que quem tenho uma folha de serviços prestados à agricultura deste Estado e que posso provar a qualquer momento quer na pesquisa, quer na agricultura propriamente dita por onde passei duas vezes como secretário, não precisa continuar dando explicação, encaixa-se naquele adágio que diz que "quem adquiriu o direito de madrugar, não pode dormir até meio dia". Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o assunto que me trás hoje à Tribuna é um outro diferente da CPI das Terras. Mas, não posso deixar de fazer um breve comentário sobre o que disse aqui o Excelentíssimo Senhor Deputado da base do Governo, Deputado Erci de Moraes que falou que as Comissões das Terras e a Comissão de Agricultura não foi em momento algum convidado a se reunir para discutir sobre o problema fundiário do nosso Estado, é verdade, até por que nós pleiteamos uma CPI e as Comissões não tem autonomia para investigar, não tem autonomia alguma. Mas, se for por Comissões, senhoras e senhores Deputados, como Presidente da Comissão de Indústria de Comércio e Turismo gostaria de ser convidado para participar de uma reunião também, por que a indústria do crime organizado que se instalou no Estado de Roraima para comercializar as terras públicas, deve se inserir na indústria do crime e comércio de ilícitudes que é o que está acontecendo neste Estado. E nós, Deputados de oposição não estamos aqui inflamando a massa para vir a esta Casa fazer qualquer tipo de manifestação que não seja pacífica e o Deputado que disser que não assina a CPI e ficar chateado com o que o movimento coloca aqui está errado, por que nossas atitudes públicas o povo pode reproduzir quando quiser e achar por bem. Dizer que nós estamos pleiteando também a queda do Governador Anchieta Júnior não é verdade, o mal por si se destrói Dr. Erci, a justiça de Deus tardar mais não falha, e o movimento não é pequeno, pequeno devem ter muitos filhos desses agricultores que estão aqui, passando fome em casa enquanto eles estão aqui. Mas, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, quero dizer para Vossas Excelências, principalmente para os da base do Governo, já que agora está assim, um fala para a oposição, outro fala para a situação, que estive no sul do Estado sábado passado em visita a vicinal 12 lá de São Luis do Anauá na casa de uma Vereadora do Município de São Luis do Anauá que me mandou um ofício solicitando providências quanto às vicinais doze e dez de São Luis do Anauá, que margeiam a BR-210, que diga-se de passagem está destruída e já consumiu quase de cem milhões de reais e ainda encontra-se no chão, no piso. Falei dessas duas vicinais que são essas que estão nestas fotos aqui Deputado Chicão da Silveira e o senhor como representante da agricultura, gostaria de lhe passar, se Vossa Excelência tiver interesse, as vicinais estão totalmente intrafegáveis, vicinais que têm produtores que produzem e

não tem sequer a atenção do Governo do Estado para tornar trafegável essas vicinais, estão aqui as fotos para quem quiser ver. Fiz questão de tirar várias fotos e vou enviar para os Deputados de base do Governo para depois não virem dizer que são mentiras na tribuna ou que são invenções de Parlamentares da oposição que por um momento vivem a suscitar devaneios quanto à administração desse Governo. Não sei como, mas as pessoas ligadas a este Governo entendem que a administração do José de Anchieta é perfeita e nós que andamos por aí vemos e ouvimos as reclamações do povo dizendo que não estão sendo atendidos. Quem tem a palavra, o povo ou a base do Governo que são dezessete Deputados. Senhoras e Senhores me perguntei de forma envergonhada, pois também me envergonho por vezes em não ter o que responder e tenho de responder que a culpa é do Governo, não pensem que é bom dar essa resposta para o povo não, pois, durante muitos não me envolvi com política partidária, mas, já ouvi políticos dizerem que só é um Deputado, que não consegue fazer nada, que quem pode fazer é o Executivo, e eu me perguntava para que serve um Deputado se ele não consegue fazer nada e se tudo é culpa do Governo? E hoje, me encontro nesta situação, só não digo que não faço nada por que sou parlamentar e “parlar” vem do grego e significa falar, e nós estamos aqui quase todas as semanas denunciando enfadonhamente, repetitivos, mas temos que repetir, insistir e persistir, não podemos desistir nunca, de fazermos nossas indicações e projetos que se o Governo não faz e não cumpre, pois ele deveria executar, aí sim poderíamos dizer que a culpa é dele, mas, nossa responsabilidade de falar e pleitear melhorias nós fazemos. Como vai o Governo do Estado pleitear uma candidatura a Senador e a esposa a Deputada Federal e muitos Deputados de base tentando a reeleição e outros que se candidatarem, filhos, irmãos, mulheres, parentes, enfim, para não sair do poder lá no sul do Estado pedir um voto. Vejam bem, por que no Brasil é comum um Município ou um Estado parar, estagnar, não crescer mais, é comum no Brasil se ver isso. Proporcionado principalmente pela classe política que é quem tem a ferramenta de melhorar. Não adianta dizer que é do povo nem da iniciativa privada, a culpa é da classe política, e me incluo nela, pois, é a classe política que tem a ferramenta de transformação, ou transformamos para o bem ou transformamos para o mal. Em uma das hipóteses pode estagnar, mas, o sul do Estado não estagnou, retrocedeu, já teve asfalto no sul do Estado, hoje não tem, quem anda ali sabe. Já teve energia, hoje não tem. Já teve escolas, hoje não tem, estão deterioradas caindo na cabeça das pessoas. Já teve estradas vicinais trafegáveis, hoje não tem. E quem é que diz que é mentira, pois ponho dentro do meu carro e vou lá mostrar. Não tem, e é vergonhoso e a culpa é da classe política, aí vão dizer que a culpa é de políticos que passaram há 20, 30 anos atrás, só que águas passadas não movem moinhos, os governadores que passaram, passaram, e depois não se elegeram pois, o povo reconheceu que não tinha mais como governar, não tinha propriedade, dinamismo e não lhe devolveram o mandato. A culpa é de quem está agora. A culpa desse Parlamento funcionar ou não funcionar não é do mandato passado do Dr. Célio não, é nossa, desse mandato agora, do Deputado George, do Deputado Brito, do Deputado Flamarion, Deputado Coronel Chagas, enfim, de todos nós. O povo não quer saber de passado, quer saber do presente e se por ventura tiverem compromisso, do futuro, que é o que importa. E aí, me solidarizo com o pessoal do sul do Estado, Deputado Mecias que é de lá, Deputado Gabriel Picanço, que sabe muito bem o que sofre àquelas pessoas lá daqueles Municípios que estão totalmente, não parcialmente, é totalmente abandonado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, colegas parlamentares, Deputado Brito, só para enriquecer seu pronunciamento, quero dizer que há poucos meses a Vicinal 29 do São João da Baliza, a empresa fez um trabalho de recuperação. Só que a estrada tem mais de 500 metros de atoleiro, que só passa trator de esteira puxando. Então, esse trabalho que o governo contrata, eu acho que é só simplesmente lavagem de dinheiro. Quando nós convocamos o secretário de obras, dizendo que a Vicinal do Samaúma tinha sido lavagem de dinheiro ele concordou, dizendo que tinha enganado ele, que a empresa tinha recebido. Então, é preciso fazer a Vicinal 29 do Baliza. É preciso fazer a Vicinal 19 de São Luís do Anauá. É preciso liberar o tráfego da estrada do Bem Querido, que é terra o Presidente Chico Guerra, que está interditada há mais de seis meses para fazer uma ponte. E o Vice-Governador já foi lá, mentiu mais de uma vez para aquele povo dizendo que ia recuperar a estrada e não recupera. O pessoal está sofrendo lá, passando de canoa, sem poder tirar nada. A Vicinal 20, Senhor Presidente, o Deputado Remídio

é empresário e sabe que os ônibus não estão trafegando na Vicinal, que está interditada. A BR-210 acabou quase os 100 milhões que foram postos nas placas; 68 milhões mais quatro placas de cinco milhões para tapar buracos. E agora, ficou um buraco só. Então, está faltando gestão; está faltando compromisso e faltando responsabilidade do Governo do Estado. A Vicinal 19 do São Luís está com uma ponte quebrada há seis meses e o Governo não tem capacidade de liberar esse tráfego. Então, é por isso que nós estamos aqui, Deputado Brito com Vossa Excelência, pedindo que o Governo para de anunciar asfaltamento e libere os tráfegos das estradas para que o pessoal possa trafegar e tirar algum produto que lá tem. Então, era isso que eu queria dizer a Vossa Excelência e enriquecer o seu pronunciamento. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. Obrigado, Deputado Gabriel Picanço. É parar de mentir e começar a trabalhar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Eu me senti provocado pela fala do Deputado Erci de Moraes, pelo qual tenho o maior respeito e admiração. Eu me aconselho bastante com ele em alguns momentos aqui, no calor das emoções. Primeiro, Deputado Brito, Senhoras e Senhores Deputados, inclusive o presidente desta Sessão, Deputado Coronel Chagas. Se a CPI não tivesse importância, por exemplo, começar a extinguir a CPI da telefonia. Nesta Casa tem o PROCON, tem a comissão de defesa do consumidor; outros mecanismos, mas a telefonia é algo maior que é preciso uma comissão especial, pois qualquer comissão não tem as condições de apurar. Então, isso é fato.

Segundo, as questões fundiárias de nosso Estados são questões grandes, sem falar, Deputado Brito, que as comissões daqui não funcionam. Quantos projetos já não avançaram em comissões conjuntas ou em comissão especial. Nenhuma comissão aqui funciona. Essa é a regra.

O Deputado Erci é o maior crítico junto comigo dessa questão, cobrando o funcionamento e a tramitação de projetos. Infelizmente, não é só a comissão das terras; são todas as comissões desta Casa. Infelizmente, isso é verdade.

Peço venha, deputado Erci de Moraes, o que nós temos de prático neste Estado é que quando o grande se organiza, ele está de parabéns, é uma federação; é uma maçonaria. Agora, quando o pequeno se organiza, Deputado Brito, é manipulado. Essa é uma cultura que é colocada em nosso Estado.

Então, Deputado Erci, acredito que essas pessoas aqui merecem terras; têm direito a sua terra; estão aqui legítimos. Então, era isso, Deputado Brito.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Brito, com relação a sua explanação, Vossa Excelência coloca que está tudo por fazer, que não tem nada feito. Realmente, Vossa Excelência diz que os outros governos não fizeram nada. 24 milhões de dólares da CAF, que era para a energia, que Vossa Excelência está procurando. Aplicaram esse dinheiro ficou os fios se arrastando pela beira das estradas. E foi colocado neste Governo. Existem muitas estradas boas. A estrada de Mucajaí que se em Alto Alegre. Vossa Excelência é conhecedor disso. Nenhum Governo vai fazer isso sozinho. Hoje nós temos a Serra Grande I e II. Esse Governo fez a estrada BR-174, está nos padrões internacionais. O problema é que os outros Governos que passaram não deram o cuidado necessário às estradas e elas se acabaram antes do tempo. Esse foi o problema. A mal aplicação do dinheiro público não começou agora. Então, Vossa Excelência, admiro a sua bravura, o seu arrojo em cobrar. Agora, nós temos que ver os serviços que estão sendo bem feito tem que ser aplaudido. Existem algumas coisas por fazer. Muitos projetos por fazer. E esses projetos vão se feitos Deputados agora. Não é só esse Governo que tem obrigação de fazer. Daqui a 10 anos este Estado irá ter um milhão de habitantes. Vamos ter muito mais vicinais. Agora, é preciso que o que for feito seja bem feito para que o outro governo não tenha que fazer de novo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. – Obrigado, Deputado George Melo. Eu não vou falar do passado porque eu não fui Deputado no passado. Eu falo no presente porque hoje o povo me legitimou a falar aqui. Mas já que o problema está nos governos do passado e o presente não está resolvendo, eu acho que tem governos do passado aí que fez muito mais com muito menos. Com 500 milhões que era o orçamento deste Estado o Governo Neudo Campos fez em Roraima dez vezes mais do que fez esse governo com dois bilhões e meio de reais. Não foi sequer construída uma escola no governo Anchieta e foram construídas 135 escolas padrão no governo Neudo Campos.

Aparte concedido ao Deputado Janio Xingu – Temos vários projetos para serem votados, já tem duas semanas que não conseguimos

colocar a pauta para ser votada, inclusive o auxílio alimentação da polícia civil, espero que hoje os colegas possam ajudar as aprovar os projetos pendentes. A única coisa que me chamou atenção no seu discurso foi com relação a Rorainópolis, o Senhor diz que lá não tem nada, o prefeito lá é do PP, ele também é o gestor municipal, se lá não tem nada ele também será penalizado por isso.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Não só eu como todos os Deputados de oposição estamos aguardando ansiosos o projeto da polícia civil para votarmos a favor. Tudo que o governo enviar a esta Casa para beneficiar o povo já conta com o nosso voto favorável.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Todo movimento é verdadeiro pode ser aqui, em São Paulo, no Rio de Janeiro, a população de direito de dever de se manifestar, o problema da CPI já tinham vários Deputados querendo assinar a CPI mais aí alguns Deputados entenderam que estava saindo do movimento pacífico de uma CPI para apurar e começaram a chacoalhar a Casa, precisamos ter responsabilidade e não começar a atingir as pessoas. A manifestação pacífica e inteligente ela leva muito mais coisas e todo cidadão pode pleitear seu direito de expressão.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – A minha vida na política é curta, porque eu não sei estar com demagogia, quando estou a favor, sou a favor e quando sou contra, sou contra, o que me irrita são esses discursos, eu já ouvi Deputado aqui dizer “tem que colocar esse povo pra fora no cacete”, eu já ouvi. Então tá bom, a oitava assinatura não abriu CPI é só para tramitar, então vamos fazer a CPI tramitar e vamos para o plenário ver se a gente ganha ou perde, o que queremos é a oitava assinatura. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público que nos honra com vossas presenças. Na realidade quando eu ocupei a tribuna estava direcionado a tratar de um assunto que vou abordar após este. Na sexta feira passada eu estava aguardando para ser atendida em um gabinete de um dos poderes, e chega um senhor e disse para mim: “eu tenho uma preciosidade para o Senhor.” Foi até o carro e trouxe um título original, que a própria Secretaria da autoridade me deu cópia. Aqui está a cópia, está assinada pelo proprietário, pelo Senhor Marcio Junqueira e pelo Governador Anchieta Júnior. E esta pessoa acabava de vir do ITERAIMA e disse que o título definitivo 5714, não tem registro no ITERAIMA, não existe perante a instituição ITERAIMA, e essa pessoa estava no gabinete da autoridade para falar com a autoridade com um ar de indignação, aí eu vi nesses dias na imprensa o Secretário Leocádio dizendo que já havia sugerido ao Governador, através de Decreto aproximadamente 20 títulos que eram falsos, e esses mesmos títulos que o Leocádio disse que são falsos, foram, pelo menos perante o cartório de Roraima, confirmadas as assinaturas do Governador e a assinatura do Marcio Junqueira. O Leocádio que é um homem conceituado, respeitoso e sério, eu até acredito que perante o ITERAIMA esse título não há registro perante a instituição, mas eu faço uma pergunta Deputado Erci de Moraes, quem foi que levou o título falso para o Governador assinar? Será que Vossa Excelência alcança essa gravidade, de alguém levar um documento falso para o Governador assinar? Esse documento vai para a mão de uma família, que a partir desse momento se sente feliz por ter esse direito de propriedade assegurada! de ter a perspectiva de uma agência bancária para empréstimo, ter a perspectiva de crescer e prosperar! Será que algo mais frustrante para uma sociedade ver a assinatura do Governador inválida em um documento que é tão significativo para todos, será que isso não mexe com os Senhores? Será que isso não atinge a consciência dos Senhores? Quanto mais tempo passa, mais documento chega, e por conseguinte mais se agrava a situação. Então gente, eu trago essa preocupação, se o Leocádio afirma isso, e o órgão não tem o registro, alguém levou para o Governador assinar! E esse alguém que levou para o Governador assinar, eu até diria, colocando o Governador numa situação de risco, pois o governador não tem como analisar título por título, quem levou para o Governador assinar, realmente carregou para os ombros do Governador uma responsabilidade, e o ato de levar é u ato absolutamente irresponsável.

Mas quero realmente tratar do assunto que eu trouxe. Tenho aqui um contrato feito com o Ministério de combate a fome, que venceu no dia 30/07/13. Aqui está o contrato, aqui está o extrato do Banco do Brasil mostrando o depósito na conta do convênio de um milhão, novecentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta e um e vinte e sete centavos. Sabem qual é o objeto desse convênio? Sabem qual é o destino desse dinheiro? É o programa de aquisição de alimentos. É aquele pequeno agricultor que produz a sua banana, seu tomate, sua

manga, que faz então da sua terra um elemento de produção de qualquer segmento, e o dinheiro do governo federal vem para comparar esse alimento para que possa ir para os presídios, aos hospitais, até mesmo a merenda escolar. Então, é um programa do governo federal que se chama programa de aquisição de alimentos, que o Estado de Roraima fez esse convênio, e o dinheiro foi depositado na conta, como acabei de dizer o contrato venceu no dia 30/07/13, pois pasmem os Senhores, está aqui o extrato do Banco do Brasil, o governo não aplicando desse um milhão e novecentos, 723.977.91, ou seja o dinheiro já era pouco, e o governo é tão incompetente que não consegue gastar um milhão e novecentos e devolve o dinheiro que deveria ir para os bolsos do homem da agricultura familiar, que trabalha de sol a sol, que precisa ser estimulado a ficar mais no seu lote, produzir e gerar bem estar para sua família, e o pior vocês ainda vão ouvir, há compras antecipadas e não empenhada num valor superior a 600 mil, Como esse valor de convênio foi devolvido sabe o que o governo vai ter que fazer? Vai ter que empenhar seiscentos e poucos mil para o seu recurso próprio, porque está devendo, a menos que seja caloteiro, a menos que não pague o homem da agricultura familiar, ou seja, naquilo que era para ser bom, teve um prejuízo de um milhão e trezentos mil reais. Isso é grave, isso é desvalorizar o homem que está lá no campo e o Deputado Brito com a sua competência apresentou um projeto aqui de regionalização da merenda escolar. Qual o propósito e finalidade desse projeto? É simplesmente valorizar o pequeno comércio da região. Valorizar o homem da agricultura familiar, comprar os seus produtos, servindo a merenda escolar daquilo que é produzido na região e aquilo que o aluno é habituado a comer na sua casa. Não comer a sardinha que vai enlatada, mas comer aquilo que é produzido. Simplesmente o governador vetou o projeto do Deputado Brito, porque é mais interessante comprar enlatado, feijão, macarrão com gorgulhos e mandar para o interior.

Então, Deputado Brito esse programa do Governo Federal, está na linha, no eixo que Vossa Excelência apresentou como projeto.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Brito Bezerra -

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Obrigado Deputado Flamarion, o nome desse projeto, até instituímos é o programa de regionalização da merenda escolar, tive o prazer de ver todos os Deputados desta Casa votarem a favor, e quando chegou lá no governo para que ele sancionasse e ainda fiz uma peregrinação humilhante, quero dizer a Vossa Excelência, pedindo de Secretários de Estado, pedindo de Deputados, pedindo ao setor produtivo conseguir convencer o Senhor Governador de sancionar, garanti a ele até um pronunciamento aqui engrandecendo essa atitude, se ele sancionasse esse projeto, porque iria resgatar os hábitos alimentares saudáveis do nosso povo. Iria fortalecer a agricultura familiar, os recursos ficariam no nosso Estado, enfim, todos os benefícios seria para o povo do nosso Estado. Diferente do que é hoje, esses recursos vão para outros Estados da Federação e vem para cá um suco. Suco doce, e se tiver alguém com hipertensão, pode até morrer antes do tempo, enfim, ele é totalmente prejudicial à saúde. Um biscoito também que é feito em fundo de quintal, é horrível a merenda escolar do nosso Estado e agora o PA, que também tenho um projeto nesse sentido que está há um ano e oito meses lá na ADERR para regulamentar, que o do selo artesanal, autorizando o pequeno agricultor a produzir e comercializar esses produtos nas feiras livres dos mercados e com o governo a partir dos recursos do PA, e está até hoje e nunca foi regulamentado.

Sexta feira mandei um ofício pra a Doutora Roserayne solicitando urgência, porque o pequeno agricultor não aguenta mais produzir e ter que consumir porque não consegue vender excesso. Já foi até produtos apreendidos, como o leite como Vossa Excelência viu, uma vez os pequenos produtores da região do Apiaú, chegaram aqui com baldes de leite e foram levados para lixeira pública, e derramados sob os holofotes da imprensa, como se eles bandidos fossem. Bandido é quem, deixar voltar o dinheiro, bandido é quem não quer comprar da agricultura familiar, quer dar aí o dinheiro que vem para a compra da merenda escolar, àqueles empresários de outros Estado da Federação, que gera emprego e renda lá, e que não gera emprego e renda aqui.

Portanto, Flamarion louvável o pronunciamento de Vossa Excelência e quero aqui pedir dos nobres Deputados que nós possamos juntos cobrar. Cobrar de maneira enérgica que a ADERR regulamente o projeto de lei do selo artesanal e dê dignidade ao pequeno agricultor desse Estado, porque ele precisa de dignidade. Obrigado Deputado Flamarion.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. Obrigado Deputado Brito, só queria que Vossa Excelência me apontasse, eu acho

que essa regulamentação está há mais de seis meses na ADERR.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Está há de um ano e seis, um projeto aprovado nessa Casa, já virou lei e está há um ano e seis meses na ADERR para regulamentar, ou seja, construir critérios para efetividade da lei, seja implementada o mais rapidamente possível. Isso demonstra como o governo não se preocupa com as coisas que devem se preocupar, me desculpem, mas é um tempo muito elástico, para não regulamentar o selo artesanal, que é tão importante para aqueles que produzem o leite, os derivados do leite, como o queijo, iogurte e etc., isso só desestimula aqueles que acreditam em Roraima e querem produzir. Mas Deputado Brito, eu acho que Vossa Excelência tem que solicitar o apoio dos Deputados e com a Mesa Diretora para que a ADERR faça essa regulamentação o mais rápido possível.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Obrigado Deputado Flamarion, só para acrescentar o seu discurso e o aparte do Deputado Brito para enriquecer, já disse aqui uma vez um Deputado de oposição do Estado do Amapá, gostou do projeto do Deputado Brito no parlamento Amazônico, mesmo o Deputado sendo de oposição o projeto do Amapá foi copiado do Deputado Brito e foi aprovado. Não sei nem o nome do Governador de lá, mas talvez ele não seja covarde, como o Governador Anchieta, porque num momento em que um governador é covarde de não aprovar um projeto que vai beneficiar um população toda, para atingir um Deputado, simplesmente porque ele é de oposição, um governador desse deveria ter vergonha de olhar na cara das pessoas.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigado Deputado Marcelo, eu espero que realmente a gente consiga fazer uma pressão na ADERR, a Presidente deva aqui ser sabatinada e deve passar pelo crivo do plenário, e a gente tem que colocar isso como condição sine qua non para que o nome dela possa ser aprovado, porque não estamos pedindo aqui nada para nem um dos Senhores Deputados, estamos pedindo para o conjunto da sociedade. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Coronel Chagas) – Não havendo mais nenhum Deputado inscrito no Grande Expediente, passamos a Ordem do Dia, com a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 057/13, que “Institui o auxílio alimentação para os servidores da carreira da Polícia Civil do Estado de Roraima e dá outras providências; do Requerimento nº 046/13, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento da Comissão Especial criada através da Resolução nº 024/12, para analisar e dar parecer à PEC 005/12, de autoria do Deputado Joaquin Ruiz; do Requerimento nº 049/13, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento da Comissão Especial criada através da Resolução nº 03/12, para analisar e dar parecer à PEC 001/12, de autoria do Deputado Flamarion Portela; do Requerimento de Pedido de Informação nº 05/13, solicitando informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Roraima, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, e Proposta de Moção de Apoio nº 020/13, ao Movimento Roraima livre sem correntes, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Especial possa analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 057/13. Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Dou por reaberta a presente Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 057/13, bem como do Parecer da Comissão Especial.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Projeto de Lei nº 057/13, bem como, o Parecer da Comissão Especial).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em discussão o Projeto de Lei nº 057/13.

o senhor deputado Soldado Sampaio- Quero discutir e antecipar o voto, pela aprovação do projeto, assim como, também, já antecipando à Bancada de Oposição, pela aprovação. É um projeto que vem fazer justiça para com os bravos guerreiros da Polícia Civil. Polícia Civil que passou, em especial, a categoria dos agentes, três anos de luta com várias paralisações, greves, movimentos nas ruas cobrando seus direitos. Isso não faz justiça 100% para com os policiais civis, tem outra demanda a ser excepcionada pelo Poder Público para fazer a devida justiça a esses policiais civis, por exemplo, a transformação do sistema de remuneração dos mesmos para subsídio como prevê a Constituição, assim como também a regulamentação junto à Previdência Estadual. Então, são direitos que essa categoria vem pleiteando através do SINDIPOL, na direção do SINDIPOL e aqui os parabeno pela luta, pela coragem, pois por vários momentos não foram compreendidos pelo Governo e deu-se uma verdadeira caça as bruxas as lideranças sindicais com a abertura de vários processos e

outras perseguições onde essas pessoas estavam, simplesmente, representando todos os agentes e demais categorias, buscando esse direito que esta Casa irá aprovar, com certeza, por unanimidade. Então, tem o nosso voto, tem o nosso apoio e fica, desde já, a cobrança junto ao executivo de regulamentar as demais questões dos Policiais Civis como é a questão da progressão, assim como também, é a questão da remuneração da lei de remuneração por subsídios.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, só para continuar na mesma linha de pensamento apresentado pelo Deputado Soldado Sampaio, e dizer que ao contrário do que foi falado, em algumas teses, quero dizer que isso sim foi uma iniciativa do Governo do Estado, foi uma iniciativa do Senhor Governador em reconhecer o trabalho da importante polícia civil para o Estado de Roraima, para demonstrar equidade e valorização ao trabalho profissional. Nós reconhecemos que toda movimentação em qualquer entidade ela é extremamente importante para a democracia brasileira, principalmente aqui no nosso Estado, que diante das circunstâncias que passa, enfrentou o desafio negociou com as categorias e apresentou a melhor saída para que a gente possa ter a melhor saída para que a gente possa ter uma saída mais célere, mais forte e mais eficaz. Eu me lembro que lá atrás, em um passado bem recente, eu me reuni por diversas vezes quando o túnel nem sequer existia ainda, quando juntamente com o Nicsom, nós travamos várias brigas ali em cima do Bar da Bel, onde funciona o sindicato, nos reunimos por diversas vezes ali quando não havia sequer ainda o sonho, nem se fala ainda em auxílio alimentação e sim em outros benefícios. Várias lutas foram travadas e hoje foi estabelecida uma nova ligação, vemos que temos um saldo positivo. Por isso, primeiro, quero parabenizar individualmente a maneira pacífica, democrática e eu quero esquecer essa austeridade que foi um objeto de discussão aqui mesmo neste Plenário quando nós estávamos no afã de querer que as coisas resolvessem de um dia para a noite e ninguém consegue resolver nada do dia para a noite. Foi com paciente, celeridade e aptidão que nós conseguimos fazer com que o Estado, o governo, entendessem como importante a manifestação dessa importante categoria pra o alcance e desenvolvimento da sociedade roraimense. Então, essa sim, é uma vitória do governo do Estado, é uma vitória do Poder Legislativo, é uma vitória da democracia, mas é uma vitória, sobretudo, dessas pessoas que fazem o sindicato da Polícia Civil com altivez, parcimônia e dedicação, porque nós sabemos que proteger e servir é uma marca que está registrada no coração daquele policial que acredita na nossa corporação. Parabéns aos senhores!

O Senhor Deputado Ivo Som – Fica difícil falar depois que o Deputado Jalser fala. Mas, quero primeiramente agradecer a Deus e parabenizar essa classe, como bem disse o Deputado Jalser, que servir, principalmente arriscando a própria vida, que faz parte da índole da Polícia Militar. Quero dizer que todos vocês são merecedores, pois essa batalha nunca foi esquecida. Vocês sempre lutaram e continuam lutando por seus ideais e conquistem seus espaços. Parabéns a todos os policiais civis pela determinação e coragem. Parabéns ao Presidente, a todo o Sindicato, enfim, verdadeiramente a esses grandes batalhadores que às vezes saem de casa e não têm hora de voltar, colocam suas vidas em risco para salvar a vida de outros, são mais do que merecedores. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, eu quero dizer que esta questão não foi em vão, a luta que o Nilton, Mariano, Amadeus e os demais membros do sindicato do grupo empenharam foi muito grande, se ele não tivessem enfrentado... certamente não teriam alcançada a vitória, porque foi a resistência deles que fez com que o Governador encaminhasse um projeto para cumprir uma promessa antiga. Portanto é melhor tarde do que nunca, parabéns a todos. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero pedi permissão aos policiais presentes para dirigir-me ao Zé Nilton e Mariano para ratificar esta mensagem... o quanto vale apenas lutar, a própria vida de cada um de nós é uma luta constante, nós lutamos pela conquista daquilo que sonhamos, lutamos as vezes pela saúde... mas o sindicato demonstrou ao longo deste período muita determinação, muita vontade de alcançar aquilo que realmente eles merecem. Portanto, fica esta mensagem, a luta sempre faz bem por quem é através dela que a gente conquista, felicidade a todos.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – É uma satisfação ter ver este projeto sendo votado, até por que nos manifestamos a cerca de dois meses, como falei antes, quando votávamos o projeto da Defensoria de defesa do auxílio alimentação aos Defensores, e nós dizíamos que tínhamos profissionais da área da segurança que ainda não têm isso, e naquela semana suspenderam...e até fui criticado por

alguns setores, mas vejo isso foi bom por que despertou...diante de tantas manifestações a necessidade de reconhecer esse direito da Polícia Civil que vem buscando a criação dessas gratificações, e o Governo do Estado buscou os recursos necessários para que pudesse mandar a Assembleia Legislativa um projeto que concede ao policiais militar e bombeiros e agente de trânsito o auxílio alimentação o valor equivalente a essas categorias de servidores. Parabéns ao Governo do Estado e a sociedade roraimense por ter um policial civil comprometido, assim como os policiais militares e corpo de bombeiro. É bom frisar Deputados Brito, Sampaio e Flamarion que as vezes a gente ouve críticas com relação a segurança pública, mas nós temos aqui as melhores polícias do Brasil, o nosso Estado alcança mais de 80% de elucidação de crimes contra a vida, os homicídios, enquanto a média nacional é menos de 10% eu acho que até países como o Canadá, Inglaterra e Estados Unidos está a baixo dessa média, e isso é fruto do trabalho dos agentes de polícia que vão apurar. Parabéns a todos, contem com o apoio da Assembleia Legislativa por que sempre damos celeridade as questões de interesse da sociedade roraimense.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – dentro do enfoque que Vossa Excelência colocou dos 80%, além desse acordo feito entre o sindicato dos policiais, através do Nilton e de sua equipe junto ao Governo, há outro fato fantástico, e tive a oportunidade de ter acesso aos dados, como o nível de escolaridade dos policiais, o concurso foi de nível médio, hoje mais de 75% dos agentes têm curso superior, este é um dado que só faz melhorar a qualidade da nossa polícia. Então, vou parabenizar duas vezes, primeiro por que eles não pararam no ensino médio, procuraram se qualificar. Segundo, conseguir vencer essa luta que já estão vindo aqui há mais de 8 meses...e esta é uma parte daquilo que eles sonham transformar em realidade. Parabéns!

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Gostaria de dizer a todos os policiais civis e em nome do Nilton parabenizar. “ Quem sabe faz a hora não espera acontecer.” então, dada a luta da classe foi conseguido com exito esse auxílio alimentação que ainda é muito pouco, mas certamente vai ajudar e consigam desempenha um trabalho melhor. Sobre as estatística que Vossa Excelência colocou que 80% dos casos são elucidados, é algo fora do comum, mas o que nós gostaríamos mesmo é que não houvessem os crimes, que nós pudéssemos investir não só na segurança repressiva, mas na segurança que impede que o crime aconteça, ou seja, na segurança preventiva com contratação de mais policiais, treinamento e melhores salários, para que pudéssemos viver em harmonia, apesar dos crimes serem elucidados, a criminalidade é muito alta no nosso Estado, nós precisamos nos atermos a isso, portanto, parabéns a categoria por ter vencido a luta. E dizer para as pessoas da CPI que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura.” vamos ficar batendo até que fura.

O Senhor Deputado Xingú – eu quero lembrar uma mensagem do Deputado Jalser, que um Deputado Federal trabalhou muito nessa causa dos policiais civis, mas quando foi na hora de votar ele votava no Congresso Nacional e não aqui na Assembleia Legislativa.

Eu fui procurado no inicio do ano pelo sindicato dos policiais civis, o Nilton, Mariano e demais colegas, e nós começamos um trabalho que era quase inacreditável. Para se ter uma ideia, o Nilton não acreditava que o Governador pudesse recebê-lo, que fosse em uma reunião em que ele estivesse. E eu disse a ele que não era fácil, por que de um lado tem um grupo, que comanda a polícia civil, que não quer, e do outro lado tem vocês, e nós começamos fazer um trabalho com o Governador, a reunião era marcada de manhã, estava tudo certo, e quando era de tarde, não valia mais nada.

Quando foi um dia, o Nilton disse: “ vamos fazer o aniversário da Polícia Civil e vamos ver se conseguimos levar o Governador e a Primeira Dama”. Fizemos de tudo, montamos estratégias, enfim, e dois dias depois o Nilton me ligou perguntando se o governador iria ou não, e para surpresa de todos os policiais, e não eram poucos, numa base de 600, 700 policiais que estava na AAB naquele dia. O Governador chegou exatamente às 9:40 junto com a primeira dama e lá anunciou que iria dar o auxílio alimentação e a progressão da Polícia Civil ainda este ano, e a partir de janeiro, ele já poderiam contar. E isso foi feito com ajuda de todos parlamentares, e hoje estamos concretizando um fato, o auxílio alimentação.

Portanto está de parabéns o sindicato, os Deputados e o Senhor Governador que entendeu que não se faz polícia com os Delegados. Se faz segurança também com os agentes, os escrivães, os peritos com todo esse grupo de pessoas.

Portanto, essa é a primeira fase, a segunda está vindo aí, deverá chegar até o final do mês que é a progressão e certamente essa

casa vai votar e aprovar para que a Polícia Civil daqui para frente tenha uma nova história e um novo sucesso, que acredito que deverá acontecer bem breve.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em votação. A votação será nominal e eletrônica, nos termos do parágrafo 4º, artigo 232 do regimento Interno, comunico que os Senhores Parlamentares tem um minuto para querendo justificar seu voto.

Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto Lei nº 057/13, por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 046/13, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento da Comissão Especial criada através da Resolução nº 024/12, para analisar e dar parecer à PEC 005/12, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Requerimento nº 046/13).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 049/13, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento da Comissão Especial criada através da Resolução nº 03/12, para analisar e dar parecer à PEC 001/12, de autoria do Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) - (Lido o Requerimento nº 049/13).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 05/13, requerendo informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Roraima, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 05/13).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão no Requerimento de Pedido de Informação.

A Senhora Deputado Aurelina Medeiros – Só gostaria, até porque as informações, objeto desse requerimento, por serem públicas, elas estão a disposição nos órgãos públicos.

Como o Deputado de oposição também representa o povo, não pode ser inimigo de ninguém e tem acesso às secretarias, que eles busquem na secretaria essas informações. Estou pedindo que seja feito a votação nominal do requerimento.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Eu sei se estou vendo algo demais, mas senti Deputado Jalser na sua leitura, alguns colegas preocupados, e mais agora a manifestação da Deputada Aurelina eu não se realmente essas informações estão de acesso público a qualquer cidadão, eu sei que enquanto Parlamentar temos o dever de exercer nosso papel de fiscalizar. O intuito desse requerimento e pedir essas informações, o próprio governo tem usado a mídia para divulgar o grande avanço que tivemos na agricultura, mais tem gente que diz diferente e eu preciso esclarecer algumas dúvidas e estou requerendo através do mecanismo que me foi dado através do mandato e mais ainda aprovando na casa e compartilhar essas informações com todos. Eu não vejo porque sair pela tangente, eu não vejo qual é o mal. O calcário não foi comprado? Não contrataram uma empresa para trazer o calcário? Não foi feito um cadastro? Qual a dificuldade que o governo tem para prestar essas informações? Eu apelo aos Deputados presentes para que aprovem o Requerimento. Fomos muito bem recebidos pelo Secretário, fizemos documento de próprio punho solicitando e depois esta registrado nos Anais desta Casa, que o Secretário, Doutor Ramiro, mandou um documento a esta Casa dizendo que não ia prestar informações porque só prestaria informações se fosse aprovado em plenário. Ela aprovada em plenário ele tem o dever de prestar as informações.

O Senhor Deputado Joaquin Ruiz – Senhor Presidente eu presido

duas Comissões extremamente polêmicas a da Saúde e da Educação, o Deputado Sampaio em todas as reuniões da Comissão de Educação ou de Saúde eu convido não só o líder mais todos os Parlamentares a participarem, todas as informações a que se referem, reforma de escola, teve a participação ativamente do Deputado Flamarion, inclusive fazendo acordo da Escola Mário Andreasa, Major Alcides, nós temos a Comissão de Agricultura, convido o Secretário, peça a exposição, nunca foi negado por nenhum Secretário, o Secretário da Fazenda já veio aqui neste plenário colocou o problema da dívida do Estado. Não vejo necessariamente que se aprove um requerimento aqui sem convocar o Secretário na Comissão de Agricultura e ele apresentar tudo o que esta sendo solicitado pelo líder da oposição. Quando se reúne a Comissão de Educação, de Saúde a oposição participa ativamente, a gente solicita as informações e as coisas são colocadas transparentemente, inclusive já convidamos a Secretária de Educação, junto com a oposição para que se coloque toda essa problemática que esta relacionado a saúde e a educação. Eu não vejo necessidade de aprovar um requerimento de plenário enquanto poderia convidar o Secretário para participar da reunião da Comissão de Agricultura, encontrando dificuldades ou dúvidas aí sim solicitar o requerimento para o plenário.

O Senhor Deputado Jânio Xingu – Gostaria de fazer das minhas palavras a palavra do Deputado Joaquim, esta Casa tem a Comissão de Agricultura, o Presidente da Comissão poderia se dirigir ao Secretário de Agricultura, Berinho Bantim, um homem de boa índole, todos conhecem, jamais iria negar informações para a Comissão, não há necessidade de aprovar no plenário um requerimento para que ele possa prestar essas informações.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Eu não vejo nenhum impasse do Secretário prestar essas informações por escrito. Quando a gente convida Secretários a virem aqui ele são poupados, são blindados. Então para que ele não fosse convocado pedimos apenas esclarecimentos das compras do material, do insumo, mais já que esta tendo todo esse problema vamos convidá-lo para que venha aqui para responder as interesses que achamos de suma importância para a agricultura.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Orientamos sim para a votação, entendemos que é mais uma ação da bancada governista em não querer fiscalizar o governo, mais uma vez essa Casa se ajoelha, eu já sei o resultado, vai ter 4 votos pelo requerimento e o restante

contra. Me preocupa mais quero manter a bancada firme e lamentamos mais uma vez o legislativo abrindo mão da sua função fiscalizadora, isso é triste mais sou um homem democrático e aceito, vou buscar na justiça essas informações.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Em votação. A votação será nominal. E os Deputados que forem favoráveis votarão sim e os contrários votarão não.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) Proceda à chamada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, por que a votação não está sendo no painel eletrônico?

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, qual o problema de votar no painel.

O Senhor Presidente Coronel Chagas- Deputados Soldado Sampaio e Flamarion Portela, sempre foi feito votações assim. Agora, se houver concordância da solicitação de votação que foi feita por parte da base do Governo a gente faz a votação eletrônica. Foi feita a retirada do pedido, poderemos abrir o painel eletrônico. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado Jânio Xingu pede Justificativa de voto – Senhor Presidente, quero ratificar meu voto. Eu vou votar não.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Declaro rejeitado o Requerimento de Pedido de Informação nº 005/13 com 11 votos não, 5 votos sim e nenhuma abstenção.

Explicações Pessoais. Não havendo nenhum Deputado que queira fazer uso deste Expediente e, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 11 de setembro, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 11/09/2013



ASSEMBLEIA
Cidadã

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO
 O PODER LEGISLATIVO
 DA POPULAÇÃO.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

